

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 26/12/19 às 17h 40	
<i>Yuri</i> Servidor	883114 Ponto
<i>Gilvan Melo</i> Portador	

OFÍCIO Nº 7586 /2019 – MEC

Brasília, 26 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF


Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 930, de 4 de dezembro de 2019. Requerimento de Informação nº 1.636, de 2019, do Deputado Capitão Alberto.

Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 930/19, de 4 de dezembro de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1.636, de 2019, de autoria do Deputado Capitão Alberto, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 36/2019/DICAP/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica – SEB, contendo as informações a respeito do Programa Educação em Prática.

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,


ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS
Ministro de Estado da Educação substituto



Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 36/2019/DICAP/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23123.008045/2019-50

INTERESSADO: DEPUTADO FEDERAL - CAPITÃO ALBERTO NETO

1. **ASSUNTO**

1.1. Resposta ao Requerimento de Informação nº 1.636 de 2019, do Deputado Capitão Alberto Neto, que solicita informações sobre o Programa Educação em Prática.

2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

2.1. Por meio do OFÍCIO nº 4.204/2019/ASPAR/GM/GM-MEC (SEI nº 1812722), oriundo da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro, foi enviado a esta Diretoria de Capacitação Técnica Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação — DICAP o Requerimento de Informação nº 1.636 de 2019 (SEI nº 1812582). Nesse documento são solicitadas respostas para cinco (5) perguntas, apresentadas a seguir:

- 1) As atividades do programa para os estudantes da educação básica serão ministradas por estudantes de Pedagogia e Licenciatura?
- 2) Os estudantes do ensino superior vão atuar como professores substitutos?
- 3) De que modo será a remuneração para quem vai ministrar as atividades do programa ou contribuir para o planejamento delas?
- 4) Quais os tipos de atividades específicas o programa contemplará?
- 5) Como será feita a concessão de bônus para as instituições de educação superior participantes do Programa Educação em Prática?

3. **ANÁLISE**

3.1. Em resposta à pergunta 1, do item 2.1, esclarecemos que as atividades do Programa Educação em Prática destinadas aos estudantes da educação básica não serão ministradas por estudantes de Pedagogia e de Licenciatura. O que o Acordo de Cooperação prevê é que os estudantes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas da instituição de educação superior poderão realizar o estágio supervisionado nas escolas da rede de ensino que participam do Programa.

3.2. Conforme respondido no item 3.1, os estudantes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas da instituição de educação superior poderão realizar o estágio supervisionado. Em resposta à pergunta 2, do item 2.1, esses estudantes não poderão atuar como professores substitutos.

3.3. Em resposta à pergunta 3, do item 2.1, que questiona como serão remunerados os profissionais que vão administrar as atividades do programa ou que contribuirão para o planejamento delas, informamos que esses profissionais serão remunerados pelas instituições de ensino superior que aderirem ao Programa Educação em Prática. Ratificamos que o Ministério da Educação não repassará nenhum recurso financeiro com esta finalidade e que a atuação desse Ministério foi a de grande articulador para viabilizar esta política.

3.4. Em resposta à pergunta 4, do item 2.1, que questiona os tipos de atividades específicas que o programa ofertará, elencamos suas características:

- a) *Proporcionarão aprendizagem a estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e da 1ª à 3ª série do Ensino Médio, por meio do acesso a atividades educacionais alinhadas à Base Nacional Comum Curricular. No Ensino Médio, o alinhamento deverá ocorrer, também, com os itinerários formativos dos estudantes;*
- b) Serão desenvolvidas no espaço físico no ambiente da instituição de educação superior para o pleno atendimento do disposto na alínea a deste item 3.4;
- c) Contribuirão para a ampliação, com qualidade, da jornada escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, possibilitando o desenvolvimento da curiosidade intelectual nos espaços de aprendizagem das diferentes áreas, na construção de Projetos de Vida e no desenvolvimento socioemocional dos estudantes;
- d) Contribuirão para a ampliação, com qualidade, da jornada escolar no Ensino Médio, possibilitando o desenvolvimento de itinerários formativos com foco nas áreas de *linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais, formação técnica* e profissional e Projeto de Vida apoiando a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral e o Novo Ensino Médio;
- e) Serão definidas, junto com a secretaria de educação signatária, os conteúdos e atividades curriculares a serem oferecidos aos estudantes, observando o alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular, com a matriz curricular e com os itinerários formativos.

3.5. Em resposta à pergunta 5, do item 2.1, que questiona como será feita a concessão de bônus para as instituições de educação superior — IES participantes do Programa, informamos que a metodologia será desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — Inep, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — Sinaes. Para se candidatarem ao Programa, a IES deve ter o Índice Geral de Cursos - IGC com conceito igual ou superior a 3. Esse critério visa garantir que apenas IES com qualidade recomendável nos parâmetros do Sinaes participem do Programa.

4. **CONCLUSÃO**

4.1. Nos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 foram apresentadas as respostas às questões do item 2.1. Esse conjunto de respostas deverá ser remetido ao requerente.

DESPACHO do Coordenador-Geral de Valorização, Saúde e Bem-estar dos Profissionais da Educação
--

Encaminho resposta ao Requerimento de informação nº 1.636 de 2019, do Deputado Capitão Alberto Neto, que solicita informações sobre o Programa Educação em Prática. O documento deverá ser assinado e encaminhado ao requerente.
--

PAULO SÉRGIO PARRO

Coordenador-Geral de Valorização, Saúde e Bem-Estar dos Profissionais da Educação

De acordo, encaminhe-se ao Gabinete da SEB.

JOSÉ ROBERTO RIBEIRO JÚNIOR

Diretor de Capacitação Técnica, Pedagógica e de Gestão de Profissionais da Educação — Substituto

De acordo, encaminhe-se para providências.

JANIO CARLOS ENDO MACEDO
Secretário de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio Parro, Coordenador(a)**, em 16/12/2019, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Roberto Ribeiro Junior, Diretor(a), Substituto(a)**, em 16/12/2019, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Janio Carlos Endo Macedo, Secretário(a)**, em 16/12/2019, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **1832753** e o código CRC **2348FB8F**.

